Aula 3

COMUNA DE PARIS

META

Completar o estudo da Revolução Francesa, contemplando, nessa aula, a fase de radicalização do movimento.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar fatos históricos ocorridos no período de Terror da revolução francesa

Destacar o movimento que, no ano de 1871, proclamou a primeira república proletária da história.

Indicar bibliografia pertinente ao tema

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

A revolução que se iniciou em 1789, na França, teve desdobramentos internos e externos. Conforme veremos na aula de hoje e em aulas subsequentes, os ideários que levaram à explosão do movimento francês ultrapassaram as fronteiras, provocando ondas sucessivas de revoltas, a exemplo do que aconteceu em 1830 e 1848, em vários países europeus.

Mas o que aqui veremos é que a França voltou a ser convulsionada no ano de 1871 por um evento revolucionário e pela proclamação de uma Comuna em Paris, a qual simbolizou, por um curto espaço de tempo, a vitória do trabalho sobre o capital.

A MONARQUIA CONSTITUCIONAL

"O caminho a ser percorrido entre o fim do Antigo Regime e o estabelecimento de novas diretrizes de governo seria longo e permeado por diversas lutas internas entre os próprios revolucionários. Diversos grupos haviam se unido com o objetivo de extinguir a monarquia absolutista, mas discordariam entre si sobre os rumos do Novo Regime. As várias propostas que surgiram refletiam os muitos interesses dos setores que compunham o Terceiro Estado.

A revolução tivera seu estopim no *déficit* financeiro do país, mas os acontecimentos posteriores a maio de 1789 não haviam solucionado os problemas econômicos. Os revolucionários resolveram, então, pôr em prática uma proposta do político *Talleyrand*: expropriaram as terras da Igreja católica e tornaram obrigatório ao clero o juramento de fidelidade à revolução.

Em abril de 1791, o papa reagiu contra essas medidas, condenando o movimento revolucionário. No exterior, os nobres franceses "emigrados" organizavam-se para invadir a França e restaurar o Antigo Regime. Para tanto, era importante a figura do rei, que, em junho daquele ano, tentou a fuga, mas, em Varennes, foi reconhecido e reconduzido preso a Paris. A prisão do rei teve imensa repercussão nos países absolutistas europeus, preocupados com a possibilidade de tal exemplo ser seguido em seus territórios.

Em 1791, quando foi concluída a Constituição, que os membros da Assembleia Nacional haviam começado a elaborar dois anos antes, a França tornou-se uma monarquia constitucional, em que o rei perdia os poderes absolutos do Antigo Regime, não estando mais acima das leis. Ele deveria respeitar as ordens da Constituição.

Em setembro de 1791, o rei prestou juramento à primeira Constituição francesa, pondo fim aos trabalhos legislativos da Assembleia Constituinte de 1789. A Carta apresentava uma total influenciada alta burguesia, estabelecendo o voto censitário, segundo o qual só podiam votar os cidadãos pagantes de elevados impostos. Dentre esses, só poderiam ser candidatos os proprietários de um grande número de bens. Também foi promulgada

a lei *Le Chapelier*, declarando ilegais as greves e proibindo a organização de associações de trabalhadores.

Com a dissolução da Assembleia Constituinte, após a finalização dos trabalhos, foi eleita a Assembleia Legislativa, baseada na nova Constituição. Devido à eleição por voto censitário, a Assembleia Legislativa tinha a maioria de membros da alta burguesia, divididos entre os *feuillants* (representantes da burguesia financeira) e os girondinos (representantes da burguesia comercial e industrial). Os primeiros eram favoráveis à manutenção de uma monarquia constitucional; os segundos diziam-se adeptos da república. Participavam ainda os jacobinos (a pequena burguesia) e os *cordeliers* (representantes das camadas populares); ambos queriam a derrubada do rei e a instauração da república.

Em abril de 1792, o rei da Prússia, o imperador da Áustria e os nobres emigrados franceses comandaram um ataque à França. Sob o comando de Jean-Paul Marat (1743/1793), Maximilien de Robespierre (1758/1794) e Georges Danton (1759/1794), líderes jacobinos, a população, que há algum tempo já vinha sendo armada, foi incentivada e treinada, formando-se a Comuna Insurrecional de Paris. As tropas comandadas por Brunswick, duque prussiano, penetravam em território francês. Mas os revolucionários redobraram seus esforços. Os *sans-cullotes*, denominação dada às camadas populares urbanas que formavam o grosso das tropas, derrotaram o exército prussiano na Batalha de Walmy. Paris fora salva e as tropas inimigas batiam em retirada.

"Em 1792, o povo de Paris toma o Palácio das Tulherias, residência do soberano" (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 773).

A CONVENÇÃO NACIONAL

Durante a guerra, a imensa pressão popular obrigou a Assembleia a votar a destituição do rei e a aprovar a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, a ser eleita pelo voto universal. Essa nova constituinte foi denominada Convenção. Nela distinguiram-se três grupos: à direita, sentavam-se os representantes da alta burguesia, conhecidos por girondinos: à esquerda, sentavam-se os representantes da baixa burguesia, os jacobinos, apoiados pelos *sans-culottes*, que, por sentarem no local mais alto, ficaram conhecidos por Montanha; e, ocupando os bancos da parte mais baixa, encontravam-se os deputados politicamente indefinidos. Graças a essa atitude, e por sentarem no setor baixo da Convenção, foram apelidados de Pântano. Essa euforia radicalizava as posições dos jacobinos, que exigiam o julgamento de Luís XVI, em oposição aos girondinos. Luís XVI era acusado de ter apoiado o ataque dos prussianos e dos austríacos à França. Diante das pressões populares, a Convenção passava a julgar o rei, fato inédito até então.

Em 21 de janeiro de 1793, o rei Luís XVI era executado na guilhotina. A burguesia liquidava um rei, para espanto do mundo; os grupos dominantes do restante da Europa estarreciam-se, tomados por um misto de espanto, revolta e temor.

Sentindo a ameaça representada pelo exemplo revolucionário, governantes de vários países uniram-se, consolidando a Primeira Coligação europeia (governos da Áustria, Prússia, Holanda, Espanha e Inglaterra), que se voltou contra a França. Um dos motivos pelos quais o rei Luís XVI foi guilhotinado foi o fato de essa coligação já ter começado a se preparar anteriormente em seu apoio. A presença da Inglaterra explica-se, entre outras razões, pela rivalidade que os burgueses da França representavam em termos comerciais.

(...). Internamente irrompia na Vendeia (região francesa) uma rebelião camponesa de caráter contrarrevolucionário. Nas cidades subiam vertiginosamente os preços dos alimentos, provocando a radicalização dos *sans-culottes*, que, a partir de então, receberam o apelido de enraivecidos.

Em junho de 1793, os *sans-culottes* cercaram a Convenção e prenderam os líderes girondinos, a partir do que o Partido Jacobino assumia a liderança da Revolução Francesa. A nova Constituição de 1793, promulgada pelos jacobinos, tinha as mais democráticas características de todas as que seriam redigidas durante a revolução concedendo o direito de voto a todos os maiores de 21 anos. Essa Constituição, porém, não chegou a ser aplicada, pois, em outubro de 1793, foi suspensa, juntamente com as liberdades individuais, enquanto se organizava um tribunal revolucionário para julgar os inimigos da república.

Robespierre, o “incorruptível” líder jacobino, tornou-se o principal nome da revolução. Suas primeiras medidas foram: abolição da escravidão

nas colônias, fim de todos os privilégios, estabelecimento de limites aos preços dos gêneros alimentícios, criação do ensino gratuito e obrigatório, divisão das terras e assistência aos indigentes,

Embora Robespierre tenha comandado ações de caráter mais popular, o período de seu governo (julho de 1793 a julho de 1794) ficou conhecido como Grande Terror. Diversas perseguições políticas foram realizadas. Grande parte dos girondinos, acusada de ser partidária do rei foi guilhotinada. Os contestadores das leis sociais foram presos e julgados, sendo também grande parte condenada à guilhotina.

O período do Terror chegou ao seu momento mais crítico quando a violência passou a atingir atuantes da própria Convenção. Algumas lutas internas no Partido Jacobino começavam a ocorrer. Os "enraivecidos", liderados por Hébert, eram os mais radicais e pretendiam intensificar o Terror. A ala mais moderada do partido, comandada por Danton, era partidária do fim do Terror.

As críticas de Danton a seu governo e o extremo radicalismo de Hébert irritaram Robespierre, que via a necessidade de eliminar a oposição. Esse ato levou à retirada do apoio dos *sans-culottes* aos jacobinos. A facção de centro, encabeçada por Saint-Just (1767-1794), emergia vitoriosa, porém enfraquecida em suas bases de apoio.

Em 9 Termidor de 1794, o grupo do Pântano, facção da alta burguesia financeira, desfechou um golpe, tomando o poder dos debilitados jacobinos.

Robespierre e Saint-Just foram detidos e mandados para a guilhotina; uma infinidade de líderes populares foi executada... Proibiu-se a execução da Marselhesa, hino dos revolucionários franceses; aboliu-se a Lei do Máximo, que limitava os preços dos gêneros alimentícios; uma nova Constituição foi promulgada, eliminando o voto universal, restabelecendo o voto censitário e excluindo a participação popular das decisões políticas. O poder executivo foi confiado a um Diretório de cinco membros, o que caracterizou o poder em mãos da burguesia financeira".(Costa e Mello, 2008, p. 332/334).

VOCÊ FALA FRANCÊS?

"A revolução política veio acompanhada por uma revolução linguística, isto é, por uma nova organização das formas de expressão (novas trocas, nova gramática)"

Temos de ir além das polêmicas a respeito do "poder central dos jacobinos". Pois essas polêmicas descuidam do ponto essencial: a própria história das línguas, seu aspecto autônomo, o fato de não serem instrumentos inertes das políticas a que contribuem.

Digamos claramente: houve uma revolução linguística na França de 1789, porque a escrita mudou de mãos. Foi esse acontecimento que

desencadeou, a longo prazo, uma transformação das línguas oficiais e das linguagens não-escritas.
Uma elite muito fechada detinha, desde sempre, o conhecimento da escrita, juntamente com os poderes (religiosos, jurídicos, governamentais) que lhe eram afetos. Os clérigos da Igreja Católica tinham recolhido a herança das letras latinas. No século IX, eles empregaram sua ciência e seu poder para criar uma instituição destinada a estabelecer o equilíbrio europeu, para além das desavenças dinásticas e militares. A partir da cerimônia dos Juramentos em Estrasburgo (14 de fevereiro de 842), a legitimidade territorial se expressa sob a forma da língua com que o rei se dirige oficialmente a seus súditos, designa-os e encerra-os; língua "tedesca" no Leste, "romana" no Oeste, cada qual inscrita pela primeira vez sob a autoridade das letras e gramática latinas. As fronteiras linguísticas separam os súditos, mas não impedem a comunicação entre os reis. Na troca de Juramentos, o rei do Leste pronuncia a fórmula da aliança em língua romana e o rei do Oeste em língua tedesca. Cada rei consagra a língua do outro com seu próprio poder de tradução. Um poder que, na realidade, está nas mãos dos clérigos responsáveis pela instituição das línguas nacionais. (...)
Nessas condições, em que consiste a revolução linguística? Ela não reside na expansão do francês falado (1/4 dos súditos do rei o emprega em 1789, ¾ o falam em 1800) nem no aumento de intermediários e traduções, se bem que esses fenômenos tenham desempenhado seu papel no desenvolvimento dos acontecimentos. A revolução está na conquista da escrita por todos os franceses sem discriminação. O que resulta na criação da língua civil, derrubando o aparato das línguas internacionais.
A "língua republicana", "universal" dentro da nação, fundada na gramatização da língua francesa, aparece explicitamente como expressão da soberania popular, como a condição da "comunicação" dos cidadãos entre si e com o Estado, nos debates das assembleias, nos relatórios das comissões, nas leis e na organização do novo sistema escolar. Ela se realiza simultaneamente em novas práticas do texto impresso, bases do novo regime: a imprensa de informação e os manuais de língua elementar" (Vovelle, 1989, p. 167/169).

A COMUNA DE PARIS

"O principal resultado da "jornada" do dia 10 de Agosto de 1792 foi menos a queda da monarquia do que a súbita emergência de uma Comuna insurrecional. O assalto levado a efeito contra as Tulherias pôs termo à

crise, aberta pela fuga do rei para Varrenes, mas a tomada da prefeitura deu início a uma nova época da revolução que nunca, passou o poder legal a ter de contar com o povo de Paris, que com ele disputava a legitimidade. Foi por iniciativa dos *Quinze-Vingts*, quando se reuniam os batalhões insurretos, que 28 das 48 seções delegaram à Casa Comunal comissários providos "de poderes ilimitados para salvar a pátria".

Até aquela data a capital fora sucessivamente administrada por várias assembleias oriundas dos acontecimentos do verão de 1789, e depois, em seguida à lei de maio de 1790, por autoridades regularmente eleitas, igualmente representativas da primeira geração revolucionária, preocupadas em terminar com as desordens repetidas e em firmar as instituições novas. A renovação parcial do fim de 1791, fora crucial. Tendo Pétion sucedido ao prefeito Bailly, os Jacobinos e os Cordeliers ingressavam de forma discreta no Conselho Geral, e enfraquecia-se a liderança dos primeiros magistrados. Tal enfraquecimento explica, em parte, a facilidade com que no dia 10 de Agosto foram expulsas as autoridades legais. A violência da insurreição incitou a maioria das autoridades municipais a retirar-se prudentemente, ainda mais porque sua autoridade real fora simplesmente corroída durante as semanas que precederam a sublevação das seções. Desde o dia 26 de julho a Comuna de 10 de Agosto existia, com efeito, nas assembleias *ad hoc* nomeadas pelas seções para redigir as mensagens que exigiam a queda do rei.

Não se tratava de uma situação nova. Até o mês de maio de 1790 haviam se sucedido escaramuças entre as assembleias paralelas formadas pelos distritos, que declaravam representar a "verdadeira comuna" e as autoridades legais. Isso demonstrava que o controle da capital, "hospedeira" do Corpo Legislativo, constituía uma etapa essencial em qualquer marcha em direção ao poder. No dia 10 de Agosto, essa barreira, até então eficaz, foi transposta, e já nada impedia a confrontação direta entre o povo e os seus representantes, entre Paris e o Estado.

A Comuna, que durante semanas prolongadas paralisou o governo legal, era composta por militantes de todas as tendências do radicalismo parisiense. O contingente mais importante reunia ativistas muito destacados nas seções, notadamente na ocasião dos preparativos da insurreição de 10 de Agosto, (...). Estes avizinhavam-se com numerosos Jacobinos, dos quais, os mais conhecidos: Robespierre, Léonard Bourdon, (...) foram três semanas mais tarde eleitos para a Convenção, enquanto outros Jacobinos (...), continuariam a representar um papel importante na Comuna até Termidor. Entre tais ativistas, encontravam-se igualmente todos os futuros "hebertistas"... Era, portanto, uma união heterogênea, mas cuja diversidade seria rapidamente desfeita sob a mão de ferro dos Jacobinos, cujos representantes assumiram o inteiro controle da presidência e do secretariado do Conselho Geral.

A Comuna do dia 10 de Agosto não surgiu do nada; esses *sans-culottes* assumiram funções, muitas vezes desde 1790 e algumas vezes desde 1789. Para tais militantes de bairro, o dia 10 de Agosto constituiu oportunidade

para uma promoção coletiva. Os expurgos maciços haviam franqueado postos (...). Em sua quase totalidade, a Comuna refletia bastante a fisionomia da cidade popular e laboriosa de Paris...

Levada ao poder pelas armas, a Comuna soube explorar aquela capital de terror. Em poucos dias os opositores foram eliminados das seções, o Departamento foi destituído, a Guarda Nacional reformada, a imprensa amordaçada... Já em 11 de Agosto, senhora de Paris, pôde a Comuna confrontar um poder legal enfraquecido. A Assembleia Legislativa demonstrou uma docilidade exemplar, convertendo em decretos as resoluções da Comuna, renegando suas próprias decisões. Depois que resolveram "hospedar" a família real no Ministério da Justiça, à Comuna aparecer para conseguir que o rei fosse encarcerado no Templo. O tribunal de exceção do dia 17 de agosto, encarregado de julgar os "conspiradores" do dia 10, foi instituído da mesma maneira, depois de uma pretensa resistência da Assembleia Legislativa. Nessa inquietante atividade de várias semanas a Comuna procurava atingir vários objetivos: por um lado, constituía o "braço armado" dos Jacobinos no combate que travavam com os "brissotinos" no poder; ao mesmo tempo, fortalecia sua posição de líder incontestável da insurreição, afastando qualquer possibilidade de sobrelanço nas seções, sem, no entanto, poder impedir várias manifestações de hostilidade. Aqui e ali seu poder desagradava. Era estreita sua margem de manobra; sob um aspecto tinha de manter a tensão em seu mais alto nível para evitar que a acusassem de "moderação", sob outro, diante das realidades da gestão cotidiana da capital, experimentava os reflexos inerentes a qualquer autoridade pública. (...)

A Comuna de 1793 era muito diferente de sua homóloga de 1792, por sua composição, mas sobretudo pela inversão das relações internas de poder. Em 1792, diante da onipotência do Conselho, o executivo municipal, privado de toda autoridade real, fora reduzido a uma simples figuração. Em 1793, pelo contrário, todas as decisões importantes seriam tomadas na cúpula por um grupo restrito (Pache, Chaumette, Hébert), e depois endossadas de maneira informal pelo conselho. Essa concentração de autoridade ia a par com uma autonomia relativa em relação ao Clube dos Jacobinos, mostrando que os líderes "hebertistas" da Comuna pretendiam trabalhar com autonomia. Embora sua ambição principal continuasse a ser a conquista do poder, não a podiam alcançar procedendo a um ataque frontal contra a Convenção, como fora o caso no ano anterior, contra a Assembleia Legislativa. Com efeito, o campo das lutas políticas se havia desde então deslocado no interior da Convenção, onde Paris tinha voz por meio de sua representação. Foi a Comuna obrigada a levar em conta esse novo fato, e não podia esperar impor-se sem concluir uma aliança, pelo menos tática e provisória, com os deputados Jacobinos, para dar-lhes o apoio de que necessitavam para acabar com o grupo Girondino.

Dos motins de 25 de fevereiro até os tumultos de 10 de março, a Comuna demonstrou que podia desarmar a violência de um movimento que por suas origens lhe escapava, tomando-lhe a direção, deslocando as reivindicações do terreno móvel das subsistências para o registro mais estável dos lemas políticos, abafando por fim as tentativas isoladas para radicalizá-lo. (...)

Diante [dos fatos acontecidos nos meses seguintes e que acabaram provocando] a erosão de sua autoridade, a Comuna empenhou-se tardia e prudentemente numa primeira fase, e depois com ímpeto, na campanha de descristianização, que culminou em novembro e 1793, mas que já agonizava no mês de dezembro. Organizou a abjuração do bispo Gobel, e em 23 de novembro ordenou que se fechassem as igrejas. Tal episódio de múltiplas raízes, de determinações mal conhecidas, representou, no que diz respeito à história política da Comuna, uma especulação sobre uma nova fuga para frente, sobre uma radicalização que, contra Robespierre e a Convenção, teria garantido sua hegemonia. Mas a intervenção vigorosa do Incorruptível, no dia 21 de novembro, obrigou os dirigentes da Comuna a se retratarem sem glória.

Já tivera início o desmoronamento. A 10 de outubro de 1793 todos os corpos constituídos haviam sido subordinados ao Comitê de Salvação Pública, e no dia 26 foi adiada *sine die* a eleição de novas municipalidades. Submetida à vigilância, a Comuna tinha, além disso, perdido o controle de uma peça essencial: os comitês revolucionários, que transformara em verdadeiros órgãos executivos e que permitiam a manipulação eficaz das assembleias seccionais. No dia 17 de setembro um decreto forçava esses comitês a prestar contas diretamente ao Comitê de Segurança Geral, sem passar pelas autoridades municipais, que resistiram em vão. O decreto de 4 de dezembro terminou de decapitar a Comuna, suprimindo a função importante de procurador, para em seu lugar pôr um agente nacional nomeado pelo Comitê de Salvação Pública, e submetido apenas à sua autoridade. Chaumette tornou-se assim, pela força das coisas, um simples elo de transmissão entre o Comitê e uma Convenção que fora aos poucos posta novamente em seu lugar.

Entre o mês de dezembro de 1793 e 14 de março de 1794, a Comuna foi perdendo importância: deixou agirem os militantes de segunda ordem, para tecer nas seções uma rede de clubes destinada a recompor os apoios que os decretos terroristas haviam demonstrado. A própria Comuna estava dividida: como os líderes Hebertistas achavam-se em má situação, o Conselho Geral, que há um ano deixara agir com autonomia o trio Pache-Chaumette-Hébert, reconquistava progressivamente a sua liberdade para melhor arranjar seu futuro político. Depois da prisão de Vincent e Ronsin, em dezembro, os dirigentes da Comuna, verificando as reticências do Conselho, abandonaram a prefeitura para se recolherem ao Clube dos *Cordeliers*. Já não constituía a Comuna o meio privilegiado para sublevar Paris e paralisar a Convenção.

Os Hebertistas, depois de uma infeliz tentativa de conjuração, foram presos em 14 de março de 1794 em meio à indiferença geral. Sacrificou-se a Comuna sem nada tentar. Mas será que ainda o podia fazer? Os parisienses desceriam novamente às ruas? Nada era menos seguro. Hanriot e Pache foram poupados; o segundo, preso no dia 10 de maio, foi "delicadamente" esquecido na prisão; o primeiro serviu a municipalidade robespierrista com o mesmo zelo com que servira a municipalidade hebertista, mas não se saiu tão bem.

Sob a mão de ferro de Payan, nomeado agente nacional, todos acertaram o passo. O Conselho Geral foi expurgado de uns 40 membros, e Lescot-Fleuriotfoi nomeado prefeito de Paris pelo poder central. No curso de sua breve existência, essa última municipalidade foi um dócil instrumento do Comitê de Salvação Pública. Mas não era herdeira dos insurretos de 1792; fora cortado o laço que ligava Paris à sua Comuna. Desde o início de 1793 a Comuna havia sem dúvida mais servido às ambições de seus dirigentes que exprimido os desejos do povo parisiense, mas todas as vezes as ruas atenderam a seu apelo. A 2 de junho 100 mil manifestantes cercaram a Convenção. Com a eliminação dos Hebertistas a Comuna perdia seu carisma e a sua lenda.

No dia 9 Termidor, Hanriot só conseguiu reunir 3.400 homens para defender a prefeitura, e os apelos à insurreição que a Comuna lançou para salvar Robespierre e os que com ele foram indiciados só encontraram eco em 19 seções. A seção dos Gravilliers, um dos bastiões mais firmes dos movimentos de rua do passado, chegou a fornecer às tropas de Barras o auxílio necessário para que capturassem os deputados proscritos. Abandonados, isolados e por fim vencidos, os membros da Comuna, entre os quais alguns que ali tinham assento desde 1792, pagaram com a vida, três quartos deles, as ilusões que alimentavam com fundamento no esplendor do passado. A capital condenara por fim aqueles que haviam interrompido a dinâmica iniciada pela revolução municipal de julho de 1789.

Entre agosto de 1792 e 9 Termidor, a Comuna fora ao mesmo tempo o símbolo das grandes jornadas insurrecionais, a encarnação da democracia direta, uma ameaça permanente para a Assembleia oriunda dos sufrágios, um campo inesgotável ao sobrelanço e à concorrência política; sob o seu domínio o movimento das seções unificara-se de maneira temível, por seu intermédio haviam os Jacobinos conquistado o poder em setembro de 1792, antes de garantirem seu domínio completo em 31 de maio de 1793. Mas também havia a Comuna desenvolvido uma extraordinária atividade administrativa, cujos resultados cotidianos foram probantes, a despeito da inexperiência de maioria dos seus membros.

À margem do combate político, a Comuna foi com efeito confrontada pela gestão cotidiana da maior cidade da França, felizmente auxiliada pelo antigo corpo municipal mantido em suas funções depois do 10 de Agosto. Homens de competência comprovada na vida política, como Bidermann na Caixa de Pensões, Cousin e Garin nas subsistências, seguiram com os seus

trabalhos à sombra das repartições. Era uma missão cada vez mais difícil de ser cumprida, principalmente no que dizia respeito ao abastecimento, pois a Comuna via-se forçada a satisfazer as exigências populares, vendendo a preços abaixo do custo o trigo que adquirira a preços cada vez mais altos fora de Paris. Já no mês de outubro de 1792 revelou um "*déficit*" de dois milhões, e conseguiu com dificuldade uma ajuda dos Convencionais, muito satisfeitos de verem a Comuna embaraçada. Com efeito, não parou de ficar em situação delicada. No início de dezembro de 1792 os armazéns municipais não possuíam reserva de farinha que durasse mais do que quatro dias! Mas a Comuna, tendo em vista as suas origens, tendo em vista o seu discurso, não podia tomar medidas impopulares, e teve de enfrentar, sem cessar, finanças precárias e prazos inevitáveis do abastecimento cotidiano. Alcançando isso bem ou mal, evitou grandes tumultos sociais e pode desviar a agitação para o terreno político, para por fim utilizá-la em seu próprio benefício.

Pois a Comuna foi também o parapeito que impediu a violência de atingir o próprio Corpo Legislativo; a cada demonstração os amotinados esperavam fora do recinto que os representantes lhes satisfizessem as reivindicações. Foi no mês do Prairial do ano III, quando já não existia a Comuna, que os Convencionais amedrontados viram o "populacho" invadir a sala, ameaçá-los, insultá-los, e degolar Féraud. Entre 1792 e 1794, órgão profissional da desordem, a Comuna soube conter-lhe os excessos e encaminhar os furores populares para o quadro mais sensato das lutas políticas pelo poder". (Furet e Ozouf, 1989, p. 510/519)

A SEÇÃO

"Inicialmente concebida como uma unidade de voto para a formação das assembleias primárias nas comunas com mais de 25.000 habitantes, a seção se torna rapidamente o local de reuniões permanentes e o centro de uma intensa atividade política, que desempenhará um papel motor no curso da Revolução.

Em 27 de junho de 1790, Paris é dividida em 48 seções, que levam o nome de uma rua ou em bairro (...). Cada uma indica um funcionário municipal e três notáveis que se sentarão no Conselho Geral de paris. O mesmo nas 24 seções de Marselha, nas 15 de Toulouse, nas 26 de Rouen etc. Fora do período das eleições a assembleia não pode se reunir sem convocação do Conselho Geral da Comuna, a não ser que haja uma solicitação de 1/10 dos cidadãos. Na realidade, os cidadãos, cada vez mais sensíveis às questões políticas revolucionárias, adotam o hábito de se reunirem espontaneamente para debater todos os acontecimentos e tomar partido sobre tal ou qual assunto. As cidades se dividem em seções patriotas e seções moderadas, distintas pela composição social e pelas aspirações.

Na primavera de 1792, o comparecimento às seções atinge seu ápice. Em Paris, intensificam-se as reivindicações populares contra o veto do rei, complô aristocrático e os açambarcadores. Os *sans-culottes* exigem o direito de voto e o ingresso na Guarda Nacional para os cidadãos passivos. Em julho, estes tomam a direção das seções, onde agora as assembleias mantêm um estado de reunião permanente; a seção do *Théâtre-Français* institui o sufrágio universal. Por iniciativa do subúrbio de Saint-Antoine, um escritório central das seções, na manhã de 10 de agosto, forma a Comuna insurrecional. A pedido seu, os *sans-culottes* se reúnem aos Federados nas Tulherias, onde, sob a pressão de lanças, obrigam o rei a se render e a Assembleia a convocar uma convenção eleita por sufrágio universal.

É o mundo da oficina e da loja que forma as fileiras das seções: artesãos em madeira, metais, vestuário, couro e construção, comerciantes de alimentos, cabelereiros. Entre a massa de militantes simples e participantes esporádicos, destaca-se a elite de quadros e líderes. Os comissários civis, que se consagram às tarefas administrativas, muitas vezes provêm da burguesia instruída. Os comitês revolucionários, encarregados de aplicar as medidas de segurança geral, são de extração mais popular. São estreitos os laços com as sociedades populares que divulgam as palavras de ordem e fornecem o pessoal de arregimentação das seções. O emprego do tu, sinal de solidariedade fraterna, predomina nas assembleias, onde reina uma grande animação: vota-se em voz alta, sentado ou de pé, com vivas aclamações e aplausos. Rende-se homenagem às figuras de proa da revolução: Marat, Hébert, Jacques Roux. As seções são rebatizadas com nomes de conotações revolucionárias (seção das Lanças, dos Federados, etc).

O dia 10 de agosto de 1792 não deteve as reivindicações seccionais. Exige-se da Assembleia, considerada excessivamente moderada, que tome medidas de repressão ao açambarcamento, a taxação e requisição dos gêneros alimentícios, prisão dos suspeitos e recrutamento em massa; apoia-se a Montanha e prepara-se a insurreição de maio-junho de 1793. Em contrapartida, num grande número de cidades do interior, como Lyon, Marselha e Toulon, os moderados e girondinos se apoderam das seções e expulsam os montagnards. Esse movimento seccional está na base do federalismo e da luta contrarrevolucionária.

Em Paris, intensifica-se o conflito entre o movimento popular e o governo montagnard, que lhe deve sua ascensão, mas tenta atender à opinião moderada e reforçar seu controle em detrimento da democracia direta. Após a afirmação da centralização governamental (decretos de frimário ano II), e, sobretudo, após a repressão de germinal, a vida das seções entra em declínio. A reação burguesa acelera sua decadência, suprimindo sua autonomia (frutidor ano III). A Conspiração dos Iguais, com Babeuf, apoiando-se nos antigos quadros seccionais do ano II, não consegue restaurar a vitalidade das seções, cujas assembleias foram definitivamente suspensas em 17 vendemiário ano IV (9 de outubro de 1795)". (Vovelle,1989, p. 119/121).

O CALENDÁRIO REPUBLICANO: UM FRACASSO?

"A adoção do calendário "republicano" no ano II pode se afigurar uma das formas mais lógicas e essenciais da Revolução Francesa e, ao mesmo tempo, a que menos traços deixou na memória coletiva. Como explicar esse paradoxo e o relativo insucesso dos revolucionários no domínio do tempo, ao passo que têm êxito no do espaço e no dos pesos e medidas?

As origens desse calendário são indissociáveis da marcha revolucionária. Na medida em que se trata de um Antigo Regime (1788-1789), surge a vontade de ruptura com a "era vulgar". A história deve assumir um novo início em 1789, "o ano I da liberdade" (1º de janeiro ou 14 de julho?). A queda da monarquia (agosto de 1792), por sua vez, designa o ano I da república e da igualdade. Em 22 de setembro de 1792, a Convenção decreta simultaneamente o estado civil e "a era nova", mas será necessário mais de um ano de debates entre artistas, sábios e escritores (...) para a conclusão de um projeto definitivo, adotado em 24 de outubro de 1793. Ele entra imediatamente em vigência no período mais radical da Revolução, o da descristianização, do Terror e do duplo poder *jacobinos-sans-culottes*! (...)

Pode-se falar de "sucesso" do novo calendário, que se difunde rapidamente no ano II. Com efeito, todas as instituições revolucionárias são mobilizadas para esse fim: administrações, juízes de paz, 5.500 sociedades populares, exército, colégios e escolas primárias. Milhares de almanaques cívicos e calendários republicanos circulam por todo o país. Realizados pelos melhores pintores e gravadores subvencionados, eles resumem os martírios, os símbolos e as divisas da Revolução presente. (...) Mas, desde sua criação, o calendário suscita profundas resistências, reveladas apenas em parte pelas fontes (...).

Deve-se concluir pelo insucesso dos revolucionários, incapazes "de dominar o tempo"? O calendário republicano teve uma existência breve demais para transformar as mentalidades seculares, ou longa demais após perder sua dimensão ideológica do ano II. Mas o insucesso é relativo, na medida que os que o anulam declaram sua superioridade racional em relação ao calendário antigo (e Napoleão é o primeiro). Seus meses marcaram duradouramente a memória coletiva: floreal, germinal. O calendário republicano se mantém como uma tentativa original de conciliação entre a história e a utopia, o momento em que o homem revolucionário tentou se tornar "maior". (Vovelle, 1989, p. 427/428).

"Sitiada pelas tropas regulares, a Comuna de Paris só resistiria por dois meses" (*Grandes Personagens da História Universal*, vol. IV, 1972, p. 954).

A COMUNA DE PARIS -1871

"Após as revoluções de 1848, as grandes potências europeias emergiram com seus sistemas políticos praticamente intocados. "Em primeiro lugar, o poder considerado (pelo menos pelos britânicos) como potencialmente o mais instável, a França, reapareceu da revolução como um império populista sob outro Napoleão, e o que era mais estranho, o medo de um retorno ao jacobinismo de 1793 não mais detinha essa possibilidade. Napoleão, apesar de divulgar ocasionalmente que "Império significa Paz", especializou-se em intervenções internacionais: expedições militares a Síria (1860), em conjunto com a Inglaterra sobre a China (1858-65), e mesmo – enquanto os Estados Unidos estavam ocupados de outra forma – uma aventura no México(1863-67)... Enquanto as ambições francesas estivessem situadas bem longe, não afetavam particularmente o sistema de poder europeu; mas quando elas tomavam lugar onde as potências europeias estivessem exercitando sua rivalidade, vinham trazer perturbação ao que já era um equilíbrio bastante delicado". (Hobsbawn, 1977, p. 93/94).

Foi o que aconteceu quando das lutas que culminaram com o surgimento do reino unido da Itália (1858-70) e da Alemanha unificada (1862-71) e ajudaram a transformar significativamente o mapa político da Europa.

Além das lutas sociais que vinham se desenvolvendo há muito tempo, a França envolveu-se numa guerra contra a Prússia – guerra franco-prussiana (1870-1871), da qual saiu derrotada e teve sua capital cercada por tropas prussianas. Os cidadãos parisienses resistiram bravamente durante quatro meses ao ataque das forças do exército da Prússia. Para eles, os termos de paz ditados por Bismarck e aceitos pela Assembleia Nacional constituíam grande humilhação.

"Acrescente-se a tradição revolucionária das massas populares, herança do movimento de 1789 e tem-se um quadro que irá possibilitar um levante operário e a organização de um governo proletário em Paris, enquanto o governo francês, em Versalhes, em comum acordo com os prussianos, prepara a tomada da capital.

Sabe-se que uma das condições impostas pelos prussianos no Tratado de Paz foi o desarmamento da população de Paris. Quando o governo francês tentou efetivar essa exigência, encontrou viva reação do proletariado da capital, que organizou, a partir de 18 de março de 1871, um governo independente, autônomo e proletário: a Comuna de Paris". (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 56). A Comuna, entretanto, durou apenas 10 semanas, pois o governo francês a rechaçou com violência. Milhares de franceses patriotas republicanos , foram pelos próprios franceses massacrados, banidos e renegados por muito tempo...

Revolucionários da Comuna de Paris derrubam, em 1871, a estátua de Napoleão (Costa e Mello, 2008, p. 433).

CONCLUSÃO

Num texto reproduzido na aula anterior, o autor analisa a Revolução Francesa dividindo-a em fases. Na primeira, a alta burguesia deteve o controle do movimento, limitando-o à convocação dos Estados Gerais e ao encaminhamento ao rei da proposta de algumas reformas. Já a segunda fase, iniciada com a queda da Bastilha, envolveu a plebe parisiense, registrou a prisão e morte do rei e a proclamação da República."Estava inaugurada a fase da ditadura jacobina, que culminaria em 1793 com o período conhecido como o Terror", assunto aqui estudado.

"O advento gradual e irresistível das classes laboriosas é o fato culminante do século XIX. Em 1830, 1848 e 1870, o povo toma de assalto o *Hôtel de Ville* para entregá-lo quase de imediato aos especialistas em escamotear vitórias; em 1871, ele não se deixa demover, recusa-se a entregá-lo e, durante mais de dois meses, administra, governa, leva a cidade ao combate". (Lissagaray, 1991, p. 11).

RESUMO

"As palavras"aterrorizar" ou "terror" já tinham todo o seu sentido antes do período do mesmo nome. (...) A guerra, a sublevação da Vendéia, a República minada internamente pelo ativismo contrarrevolucionário mantinham um intenso clima emocional. Foi para impedir que a pátria fosse traída e vendida que se aprovou a lei dos suspeitos (17 de setembro de 1793). Essa importante medida de salvação pública, que abriu o chamado período do Terror, visava simultaneamente aos agentes internos e da emigração e das potências estrangeiras e a todos os que punham em causa a forma de governo republicano, uno e indivisível. (...)

A repressão, por classes sociais, atingiu uma maioria de pequenos comerciantes, camponeses e empregados domésticos. Mesmo que a aristocracia tenha sido proporcionalmente mais atingida, a repressão não visou a uma classe social em particular". (Vovelle, 1989, p. 247/248).

ATIVIDADES

1. Faça um pequeno texto explicando o que foi a Comuna de Paris.
2. Fale sobre a relação entre revolução política e revolução linguística na França revolucionária.
3. Explique o papel das seções no contexto do movimento revolucionário francês.

PRÓXIMA AULA

O assunto da próxima aula é a Revolução Industrial, movimento que, somado à Revolução Francesa, estimulou profundas transformações na história de todo o mundo.

REFERÊNCIAS

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil:** da pré-história ao séculoXXI. São Paulo: Scipione, 2008.

FURET, François e OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa.** Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas.** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é história).

Grandes Personagens da História Universal. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções.** Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes e MarcosPenchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LEFEBVRE, Georges. **A Revolução Francesa**. Tradução de Ely Bloem de Melo Pati. São Paulo: IBRASA, 1966.

LISSAGARY, Prosper-Olivier. **História da comuna de 1871**. Tradução Sieni Maria Campos. São Paulo: Ensaio, 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea:** 1789-1963. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

NICOLLE, Paul. **Revolução Francesa**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1963 (Coleção Saber).

VOVELLE, Michel (org.). **França revolucionária (1789 – 1799)**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Brasiliense, 1989.